

Rui Manuel Loureiro e M. Augusta Lima Cruz (coords.), *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2019, 392 pp.; ISBN: 978-989-755-403-2.

EMÍLIA MARIA ROCHA DE OLIVEIRA⁶ (CLLC, Universidade de Aveiro — Portugal)

O livro de estudos que agora recenseamos reúne os textos apresentados no “Colóquio Internacional *Diogo do Couto: história e intervenção política de um escritor polémico*”, que teve lugar na Torre do Tombo, nos dias 15 e 16 de dezembro de 2016, a pretexto do cumprimento dos 400 anos sobre a morte do autor quinhentista. Organizado pelo CHAM (Centro de Humanidades da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores) e pelo ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo), o encontro científico juntou um conjunto de investigadores que se têm dedicado ao estudo da vida e obra do autor de nove *Décadas da Ásia*. Da reflexão resultaram quinze estudos, que surgem organizados em três blocos temáticos, “cujas fronteiras são naturalmente fluídas”, como adverte a coordenadora Maria Augusta Lima Cruz, na Nota Introdutória (p. 9). São eles: “Diogo do Couto — Vida” (pp. 11-54), “Diogo do Couto — Textos” (pp. 55-188) e “Diogo do Couto — Leituras” (pp. 189-389).

Integram o primeiro bloco três estudos relativos ao percurso biográfico do humanista e, em especial, às vivências que, de algum modo, influenciaram a sua produção literária. Em “Diogo do Couto: percurso de uma vida e perfil de uma identidade” (pp. 13-25), Maria Celeste Moniz, após tecer breves considerações sobre a receção do cronista do Estado da Índia (pp. 14-15), reflete sobre “A vida e o homem” (pp. 15-18), percorrendo os momentos “mais marcantes, os que mais lhe estruturaram o pensar e o agir” (p. 13). A investigadora traça ainda “Um perfil de identidade de Diogo do Couto” (pp. 18-22), ao abordar a relação que o autor “foi estabelecendo com a cultura do seu tempo e as respostas que foi construindo face ao que observava” (p. 14), para concluir sobre a necessidade de “um revigoramento da investigação sobre o passado distante”, no qual a obra coutiana “ocupa um lugar cimeiro”, ou seja,

⁶ emilia.oliveira@ua.pt. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da celebração do contrato-programa previsto nos números 4, 5 e 6 do art.º 23.º do D.L. n.º 57/2016, de 29 de agosto, alterado pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho.

de uma investigação isenta e livre de peias ideológicas, “para que Diogo do Couto possa, efetivamente, exercer a sua maior aspiração como humanista: ser educador das novas gerações nacionais e, assim, contribuir para a construção de um futuro coletivo mais sólido, porque mais conscientemente assumido no pleno exercício da cidadania de cada um” (p. 23). José Manuel Garcia, por sua vez, em “Diogo do Couto, cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia” (pp. 27-41), começa por abordar os antecedentes e o contexto da nomeação do humanista como cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia, evocando os factos que marcaram decisivamente a sua vida: a ida para Goa na armada de 1559; cerca de uma década depois, em 1570, a ida a Portugal; “a proposta de haver na Índia um cronista que narrasse a história dos portugueses no Oriente”, “formulada pela primeira vez em 1569” (p. 31) pelo então arcebispo da cidade de Goa, D. Jorge Temudo, que tinha ido para a Índia com Diogo do Couto em 1559. No capítulo “Um cronista para a história da Índia” (pp. 31-33), o autor deste estudo explica não apenas a importância de Diogo do Couto residir em Goa para que tivesse sido nomeado primeiro cronista do Estado da Índia, mas também quão útil e inspiradora terá sido a sua experiência oriental, o seu conhecimento profundo da região, no momento de redigir o seu trabalho. Depois de retratar em traços largos a “Cronística portuguesa no tempo de Diogo do Couto” (pp. 33-34), conferindo especial destaque às figuras quer de Francisco de Andrade, indigitado para o cargo de cronista-mor do reino em 1593, quer de Couto, nomeado cronista do Estado da Índia em 1595, José Manuel Garcia não apenas descreve a atividade historiográfica deste último levada a cabo no exercício das suas funções (“Diogo do Couto cronista”, pp. 35-38), como ainda reflete sobre o valor documental das cartas escritas pelo humanista, que “por vezes funcionam como complemento dos textos historiográficos que elaborou” (“A epistolografia de Diogo do Couto enquanto cronista”, p. 38-39). No final, o estudioso relembra “a vastidão e complexidade do árduo e empenhado esforço historiográfico de Diogo do Couto”, a relevância para o estudo do humanista da conclusão da edição crítica de todos os seus escritos e, por fim, “o valor daquele que foi o primeiro cronista e guarda-mor da Torre do Tombo do Estado da Índia”. Como complemento, anexa dois retratos de Diogo do Couto e duas plantas, uma de

Lisboa, outra de Goa. No último texto que integra este núcleo temático — “Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: vivências e contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e dos seus actores” (pp. 43-54) —, Ana Paula Menino Avelar, ao mesmo tempo que analisa “as vivências e contingências biográficas” que determinaram a modelação da narrativa historiográfica dos três cronistas da expansão portuguesa na escrita de uma História da Ásia em Quinhentos e Seiscentos, sistematiza “brevemente como se descreveram os seus actores” (p. 43). Conclui a investigadora que, não obstante o discurso historiográfico dos cronistas respeitar a sequência cronológica dos acontecimentos, “são as digressões autorais, as vivências e contingências individuais que conduzem a narrativa, explicitando o espaço descritivo, o qual abarca não só o contexto histórico-cultural das micro-narrativas mas também o espaço físico e humano, delineando-se e apurando-se os actores da H(h)istória”.

O segundo bloco temático inclui seis textos que versam a escrita do cronista do Estado da Índia. No primeiro — “Redes de informadores e tipos de fontes nas *Décadas da Ásia* de Diogo do Couto” (pp. 57-70) —, Rui Manuel Loureiro investiga a variedade de informadores e fontes utilizadas e os modos como o humanista se apropriava do amplo e variado material reunido nos seus relatos. Este estudo exaustivo permite ao leitor conhecer melhor “algumas das fontes em que se baseou o laborioso autor no seu trabalho cronístico, já que em muitos casos se limitou a copiar, a adaptar ou a reordenar textos previamente existentes” e, desse modo, “os seus métodos de trabalho intelectual”. Permite-lhe também conhecer hábitos de leitura e algumas das obras que mais consultou. “Estas leituras”, como refere o investigador, “seriam também leituras de outros portugueses do seu tempo”, o que permite ainda conhecer um pouco mais desse passado intelectual distante. Conclui entretanto que, graças à sua capacidade de reunir “um vasto fundo documental” e “de sintetizar as fontes escolhidas num discurso próprio e coerente”, Diogo do Couto não apenas “parece ter exercido o seu mester com grande persistência, com consumada habilidade e com razoável honestidade” como também conseguiu “preservar uma larga porção da *memória luso-oriental*, evitando que muitos textos dispersos desaparecessem para sempre”, facto que deveria, por si só, ser suficiente para merecer “um

lugar destacado na historiografia portuguesa” (p. 67). Nos dois textos seguintes, são analisadas interferências alheias na fase de preparação para publicação dos escritos de Diogo do Couto. O estudo de Maria Augusta Lima Cruz — “Da construção historiográfica de Couto: os trabalhos forçados do editor” (pp. 97-115) —, centra-se no “processo de composição” e nas “peculiaridades do discurso historiográfico” coutiano. A autora investiga os “desafios colocados ao editor dos textos” no momento de proceder a “uma fixação dos mesmos tão próxima quanto possível da forma saída das mãos do cronista ou daquela que ele tinha intenção de fazer chegar à leitura pública” (p. 97). São muitas e variadas as razões que levam a autora a considerar a edição dos trabalhos historiográficos de Couto uma tarefa hercúlea: o grande volume da obra, a reescrita, por circunstâncias várias, de muitos dos seus livros, que teve como consequência a existência de diferentes versões de um mesmo texto, o processo de composição e o modo como o autor se apropriava das fontes escritas que selecionava, que leva a que a obra tenha de ser perspetivada como “um conjunto heterogéneo de materiais”, as relações de intertextualidade estabelecidas com outros autores, traduzidas na “absorção e transformação” de citações, de imagens, de sentenças, de frases feitas alheias” (p. 105), enfim, os erros de transmissão imputáveis ora a Diogo do Couto ora aos seus secretários, “enquanto “copiadores” daqueles que são da responsabilidade das sucessivas mãos por que posteriormente passaram esses originais: copistas, corretores, revisores e, no final da cadeia, tipógrafos” (p. 112). A concluir, a autora lembra “a importância de que se reveste a tradição indireta, no caso, as fontes escritas, para a fixação dos textos de Couto”. A necessidade imperiosa de o editor coligir os textos coutianos com as fontes utilizadas obrigá-lo-á a “trabalhos acrescidos”, raramente perceptíveis ao leitor, já que, “além de recensar os testemunhos da tradição direta, não pode furtar-se, já no campo da tradição indireta, a alargar as suas pesquisas no sentido de localizar as obras alheias seguidas pelo autor” (pp. 114-115). Ana Dulce Seabra, por sua vez, em “Frei Adeonato da Trindade, editor e censor de Couto” (pp. 117-144) analisa detalhadamente a intervenção do cunhado de Couto na fase de preparação para publicação dos seus escritos, para sublinhar a relevância do papel desempenhado pelo agostinho do Convento da Graça na edição de grande parte da obra do cronista da Ásia portuguesa

e a “pertinência de um estudo linguístico dos autógrafos de Diogo do Couto, para se poder destringir qual de duas versões da mesma obra, *Década* ou outra, está mais próxima do texto original, ou, pelo menos, a consciência de que nem tudo o que está editado na obra de Couto lhe pertence”, algo a que o editor crítico moderno deverá estar atento (p. 142). Em “A circulação em Itália das obras de Diogo do Couto: um olhar sobre o percurso editorial da *Década X* (pp. 145-155), Mariagrazia Russo descreve o atribulado percurso editorial da provavelmente primeira *Década da Ásia* escrita por Couto, “quando ainda nem era cronista da Índia” (p. 146). Baseada na leitura de uma série de testemunhos, a investigadora italiana confirma a existência de uma edição parcial publicada em 1736. Para explicar o facto de esta edição ter permanecido incompleta, avança a hipótese de o trabalho do seu editor, o catalão Jayme de la Té y Sagauí ter sido “feito segundo o sistema que em Itália se chama “*alla pecia*”, ou seja, o autor ou o possuidor entregava ao editor uma parte de cada vez, recuperando progressivamente os materiais entregues na vez anterior” e de a possível morte do editor ter “interrompido o ciclo de entrega e restituição, pelo que, por um descuido que desconhecemos mas que não é difícil de imaginar, ficou a edição inacabada” (p. 154). Acrescenta ainda que somente em 1788, cerca de meia década depois, seria dada à estampa uma edição completa da obra. No último texto deste bloco — “*Um ninho de guincho, como lá dizem: Linguagem repetida e metáfora em O soldado Prático* (pp. 157-188) —, Ana María García Martín analisa exaustivamente a fraseologia do segundo dos diálogos escritos sucessivamente pelo humanista, com o objetivo de “contribuir para a construção de um corpus fraseológico da língua clássica” (p. 171). Através dos exemplos apresentados, a autora mostra como “o recurso ao saber fraseológico” no segundo diálogo de Diogo Couto “não é casual”, constituindo, na verdade, “uma estratégia discursiva explícita que faz da metáfora (...) um mecanismo efetivo para a mensagem crítica da obra” (ibidem).

O terceiro bloco temático — “Diogo do Couto — Leituras” (pp. 189-362) — inclui cinco reflexões (ou leituras) sobre “a produção literária de Couto na sua globalidade” (p. 9). Na primeira, “Diogo do Couto e Belchior Nunes Barreto: similitude e diferenciações de dois interventores políticos contemporâneos” (pp. 191-219), Nuno Vila-Santa começa por descrever “a longa carreira

de intervenção política do jesuíta” e, logo depois, “o contexto político-cultural de redacção do primeiro Soldado Prático” (p. 193). Em seguida, com base nos dois diálogos de *O Soldado Prático*, analisa o discurso reformista e arbitrista de Diogo do Couto, detalhando suas semelhanças e diferenças com discursos similares coevos, em particular, com a relação do jesuíta Nunes Barreto, com o objetivo de perceber melhor as motivações e o impacto desses “discursos de desilusão e de uma certa decadência” nas “políticas gizadas pela Coroa para a Ásia Portuguesa durante o reinado sebástico”. Da análise, concluiu o estudioso que, dos textos comparados, “o Soldado Prático de Diogo do Couto será aquele que menos terá influenciado o rei”, o que se explica com “o menor estatuto político e social” do autor e com “a forma de escrita pedagógica da sua obra, que a tornava menos assumidamente reformista”. Inversamente, “a linha de reforço da cooperação entre o poder político e o religioso, defendida na relação de Belchior Nunes Barreto como panaceia dos males da Índia, foi plenamente adoptada por D. Sebastião na sua política asiática”. A “proposta de privatização do comércio” insistentemente defendida na relação de D. João da Fonseca (1568) também foi aplicada, em 1570, “com as ordens então exaradas por D. Sebastião para a Ásia”, mas a relação que terá surtido “mais efeitos duradouros junto do rei foi a do arcebispo D. Jorge Temudo” (1569) (p. 215). No estudo seguinte — ““Porque eu quero também vender o meu saber, pois sou mal pago de meu serviço”. Alvitres e quimeras políticas de Diogo do Couto” (p. 221-283) —, João Teles e Cunha, depois de abordar a função do arbítrio/alvitre e do arbitrista/alvitrista “como conceitos e realidades típicas do mundo ibérico em geral e do português em particular na Idade Moderna, onde se filiam as obras de Couto”, propõe ao leitor “seguir o desenvolvimento de um género ou subgénero literário, especialmente ligado a ideias de reforma do Estado e do império”, bem como “acompanhar a produção arbitrista do cronista e as suas outras sugestões reformistas e políticas que se encontram na sua correspondência” (pp. 231). No final da reflexão, o autor do artigo reconhece que “o alvitre de Couto não conseguiu que o autor fosse recompensado como pedira”, “nem tão pouco foram aplicadas as reformas que preconizara”, para concluir: “Falta lê-lo e analisá-lo à luz do seu tempo, para se entender o verdadeiro alcance da sua carreira alvitrista, para, por fim, receber a paga que tanto pediu” (p. 281). Em “Crises, casados e conquistas: Ambiente social e

reforma do Estado da Índia em Diogo do Couto” (pp. 285-300), Paulo Jorge de Sousa Pinto, no intuito de “lançar novos matizes sobre o perfil social de Couto, as ligações entre a sua vida e a sua obra e o modo como estava plenamente engagé nas preocupações e tensões do seu tempo” (p. 287), alicerçado nos diálogos e narrativas históricas do cronista, tece considerações sobre a sua visão decadentista do Estado da Índia, sobre “os elementos de regeneração e propostas de solução” para a crise, assim como sobre as “motivações, interesses e um sentido de âmbito social” que estavam por trás da “denúncia e dever de proferir “a verdade”” (p. 288). Após a análise, sublinha o mesmo investigador que as contradições e o modo como Diogo do Couto “mistura um rigor factual apurado com empirismo, ambição social e frustração pessoal com perceção aguda e propostas de regeneração do corpo social e político são, afinal, um reflexo das contradições da época em que viveu.” Vasco Resende, no estudo “Diogo do Couto e o passado etnogeográfico da Ásia Central” (pp. 301-313), reflete “sobre o papel desempenhado por Diogo do Couto na elaboração de uma nova síntese do relato das origens e migrações dos Turcos”, inserta na sua *Década Quarta*. Não obstante a “originalidade do seu contributo”, afirma o autor deste texto, “as *Décadas* de Diogo do Couto nunca passaram muito além da esfera lusófona, contrariamente à obra de João de Barros, que conheceu várias traduções parciais ao longo do século XVI” (p. 312). Dejanirah Couto, em “Figuras de antagonismo: Reatamento das negociações luso-otomanas, Diogo do Couto e a audiência de António Teixeira de Azevedo ao Grão-Turco (1563)” (pp. 315-362), tomando por fonte informação constante da *Década Oitava*, que vai cotejando com outros testemunhos, contextualiza, aponta as motivações e descreve detalhadamente a embaixada portuguesa ao Grão-Turco. Atribui ainda “vários méritos” à narração da iniciativa: por um lado, “é a única a abordar a falhada tentativa de negociação diplomática com os Otomanos em 1563, pondo em evidência o papel do Estado da Índia”; por outro, constitui “um testemunho revelador das dificuldades lusitanas em assumir uma política coerente a nível das suas relações exteriores face a uma grande potência muçulmana, cujos desafios pesavam fortemente na Europa, no Mediterrâneo, e, em certa medida, no Índico”; por fim, “o episódio da embaixada é incontestavelmente revelador da atmosfera cultural e política, entre

antagonismo e fascinação, que então se vivia na Europa ocidental (e particularmente em Portugal), em relação ao Império Otomano” (p. 361).

Quase no final do volume, na secção “Diogo do Couto — Encenações”, refira-se o texto “O Soldado Prático — Diálogo em Cena” (pp. 365-389), através do qual Silvina Pereira contextualiza a leitura encenada de trechos do diálogo coutiano levada a cabo pelo teatro MAIZUM, no âmbito das iniciativas do Colóquio. A autora enfatiza as denúncias a que o *alter ego* de Diogo do Couto dá voz — do abuso, do roubo, do favoritismo, da corrupção e da administração dolosa dos negócios da Índia — e chama a atenção do leitor para a sua atualidade. Apenso ao texto, encontramos um conjunto de fotografias que retratam a leitura encenada de excertos de *O Soldado Prático* ocorrida durante o Colóquio que deu origem a este volume.

No final de cada texto, surgem as sempre proveitosas referências bibliográficas. Consideramos que seria de igual utilidade para o leitor a inclusão, no final do volume, de um índice remissivo dos autores e das fontes citadas.

Em conclusão, pela variedade e profundidade dos estudos que o integram, este livro constitui um instrumento precioso para o conhecimento e a compreensão de Diogo Couto e da sua obra.

***Ao Kurnugu, terra sem retorno: Descida de Ishtar ao mundo dos mortos.* Tradução de Jacyntho Lins Brandão. Curitiba: Kotter Editorial, 2019, 208 p.**

CLEBER VINICIUS AMARAL FELIPE⁷ (*Universidade Federal de Uberlândia — Brasil*)

No segundo semestre de 2019, *Ao Kurnugu, terra sem retorno* (*Ana Kurnugê, qaqqari la târi*), também conhecido como *Descida de Ishtar ao mundo dos mortos*, alcançou o público brasileiro. Publicado pela editora Kotter, a edição bilíngue segue acompanhada de introdução e estudo do tradutor, Jacyntho Lins Brandão, professor emérito de Língua e Literatura Grega da Universidade Federal de Minas Gerais. O poema, como o título indica, figura o mundo dos mortos, que constitui o seu núcleo. Como é sabido, as características do local no qual a existência se desenrolaria após o momento derradeiro alimentou as expectativas e a curiosidades de diferentes povos. O contato com as “sombras” do além-mundo poderia ocorrer por diferentes vias: pelo

⁷ clebervafe@gmail.com.